

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Em harmonia com o ponto 8.2 do POCAL)

Nota introdutória

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados permitem facultar informação adicional tendo em vista uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo. O documento que se segue foi elaborado nos termos do ponto 2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro. Foi igualmente considerado o disposto na resolução n.º 4/2001, de 12 de julho, do Tribunal de Contas, bem como na resolução n.º 26/2013, de 21 de novembro.

De acordo com este enquadramento, todos os movimentos contabilísticos do ano de 2013 foram efetuados em obediência com os princípios contabilísticos instituídos pelo POCAL, no sentido de evidenciar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira do Município.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8.2 do POCAL, omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis, ou sobre cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

Nota 8.2.1 – Não foi derogada nenhuma disposição do POCAL que produzisse efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados

Nota 8.2.2 – No Balanço:

Por força da atualização do património contabilístico do Município que se conclui em 2013 houve um conjunto de contabilizações, designadamente relacionadas com as amortizações acumuladas e do exercício, com as transferências dos valores relativos à quota-parte do financiamento comunitário das obras financiadas e outras regularizações necessárias efetuar de modo a acertar o valor de património entre a contabilidade e o que se encontra refletido no programa de suporte do imobilizado, que obviamente prejudicam a análise de algumas contas, tendo, no entanto, havido o cuidado de salientar o valor dos movimentos na análise económico financeira que acompanha esta Prestação de Contas.

Nota 8.2.3 – Critérios valorimétricos

A) Imobilizado

O ativo imobilizado incluído no balanço foi valorizado nos termos do POCAL e do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), ou seja, ao custo de aquisição ou ao custo de produção, sendo que se considera como custo de aquisição de um ativo o respetivo preço de compra mais os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual. Da mesma forma, entende-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretamente consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

No caso de alienação de imobilizações corpóreas, a opção até aqui existente, de não se efetuar a diminuição do valor de custo no ativo, enquanto a gestão de imobilizado não se encontrasse em plena execução, deixou de fazer sentido pela referida atualização. Por isso, agora e de acordo com os sãos princípios da contabilidade, na alienação e abate dos bens é já tido em conta o seu valor líquido e consequente o apuramento da mais ou menos valia obtida.

B) Circulante

As existências foram valorizadas ao custo de aquisição, traduzindo, à semelhança do que acontece com o ativo imobilizado, o valor da fatura, acrescido de outras despesas necessárias à sua entrada em armazém.

C) Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam.

D) Disponibilidades

Os depósitos em instituições financeiras e os respetivos valores constantes em caixa representam o valor dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito. Não houve utilização de fundos de maneoio em 2013.

E) Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos contraídos encontram-se em acréscimo de custos, se aplicável.

F) Resultados transitados

A conta 59 – Resultados transitados – reflete ajustamentos de grau de materialidade excepcionais na sua natureza.

Os movimentos em resultados transitados foram os seguintes:

Saldo a 31/12/2012	6.328.731,48 €
Aplicação de resultados de 2012	474.558,22 €
Regularizações de imobilizado	-8.784.787,91 €
Regularizações de subsídios ao investimento	2.458.625,01 €
Regularizações diversas	299.690,50 €
Saldo a 31/12/2013	776.817,30 €

Nota 8.2.4 – Todas as operações registadas em contas incluídas no Balanço e na Demonstração de Resultados foram expressas em euros, pelo que não se recorreu a cotações para conversão de moeda.

Nota 8.2.5 – O resultado do exercício não foi afetado por valorimetrias diferentes das previstas no Capítulo 4 “Critérios de Valorimetria” do POCAL, nem por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas, nem por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo.

Nota 8.2.6 – A conta “432 – Despesas de Investigação e de Desenvolvimento” respeita a investimento em planos municipais, com destaque para o Plano de Pormenor do Museu Marítimo de Ílhavo.

Nota 8.2.7 – Os Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, são os constantes do Anexo I.

Nota 8.2.8 – O mapa anexo (II) permite verificar a principal composição das rubricas constantes na nota anterior.

Nota 8.2.14 – O anexo III, lista os bens que não foi possível valorizar, designadamente obras de arte, que pela sua especificidade não se lhes atribuiu valor.

Nota 8.2.15 – O mapa IV, permite verificar os bens que não são objeto de amortização, o que no caso corresponde a terrenos, que por lei, (cfr. alínea g) do n.º 1 do art. 36º da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril).

Nota 8.2.16 – Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades.

Ver (Anexo V)

Nota 8.2.18 – Outras aplicações financeiras

Foram adquiridas em 2011 duas (2) Unidades de Participação, no montante de 1.000,00€ no âmbito da adesão à associação “Centro Habitat Plataforma para a Construção Sustentável”.

Nota 8.2.22 – Dívidas de cobrança duvidosa

As dívidas de cobrança duvidosa derivam da conta “Clientes/Contribuintes/Utentes” e coincidem com o saldo da conta “218 – Utentes de Cobrança Duvidosa”, excepto na parte em que o montante cuja dívida seja superior a 6 meses e inferior a 1 ano, sendo objeto de provisão para cobranças duvidosas somente 50% dessa obrigação. Estas dívidas são provenientes de cobranças de faturação de água, saneamento e resíduos sólidos.

Nota 8.2.23 – Dívidas Ativas e Passivas respeitantes a Pessoal

Em 1 de janeiro de 2014, vencem os direitos de férias e subsídios de férias dos funcionários camarários estimados em 507.675,86€. Este valor foi devidamente especializado como custo do exercício, através da conta “2732 – Acréscimo de Custos – Remunerações a liquidar”.

Para além da especialização supra citada foi objeto de contabilização o montante de 8.798,38€ referente a acertos de remunerações a liquidar durante o exercício de 2014, de pessoal que se aposentou em finais de 2013 mas que cujas contas finais só foram efetuadas em 2014.

Nota 8.2.26 – Contas de ordem

Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança.

Ver (Anexo VI)

Nota 8.2.27 – Quadro do desdobramento das contas de provisões

A conta “29.1 – Provisões para cobrança duvidosa”, nos termos do ponto 2.7.1 do POCAL, respeita a dívidas por fornecimento de água, saneamento e resíduos sólidos dos anos anteriores a 2012, inclusive. A percentagem de utilização foi de 50% para dívidas superiores a 6 meses e inferiores a 1 ano e de 100%, pelo facto das dívidas objeto de provisão serem superiores a 1 ano, sendo a sua composição a seguinte:

PROVISÕES

Entidade **Município de Ílhavo**

janeiro a dezembro

Ano - 2013

Unidade em: Euros (€)

Código de Contas	Provisões	Saldo Final
19	Para aplicação de tesouraria	
291	Para cobranças duvidosas	250.939,12
292	Para riscos e encargos	
39	Para depreciação de existências	
49	Para investimentos financeiros	

8.2.28 – Classe 5 Fundo Patrimonial

Concluído o trabalho da atualização de inventariação do seu património, a Câmara Municipal utilizou, para correções de movimentos anteriores, as contas da classe 5 “Fundos Patrimoniais”, para além dos movimentos de transferência dos resultados líquidos de 2012.

CLASSE 5 - FUNDO PATRIMONIAL

Entidade Município de Ílhavo

janeiro a dezembro

Ano - 2013

Unidade em: Euros (€)

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO	OBSERVAÇÕES
51.1 Património Inicial		63.656.487,99	Correções Patrimoniais
51.2.13 Património Adquirido		2.000.000,00	Aplicação de Resultados 2012
51.2.99 Património Adquirido - SIGHT	90.422.357,71		Correções Patrimoniais
57.1.13 Reservas Legais		1.000.000,00	Aplicação de Resultados 2012
57.6.1 Doações		194.973,56	Doações
59 Resultados Transitados	5.551.914,18		Correções Patrimoniais

8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

DEMONSTRAÇÃO CMVMC

Entidade

Município de Ílhavo

janeiro a dezembro

Ano - 2013

MOVIMENTOS	MERCADORIAS
EXISTÊNCIAS INICIAIS	115.247,16
COMPRAS	6.276,92
REGULARIZAÇÃO EXISTÊNCIAS	33.338,81
EXISTÊNCIAS FINAIS	81.202,51
CUSTOS NO EXERCÍCIO.....	6.982,76

Valores respeitantes a existências no Museu, em armazém e em placas identificativas de alojamento local.

Procedeu-se este ano à regularização nas existências do Museu, das saídas efetuadas ao longo dos anos designadamente através da AMI – Amigos do Museu de Ílhavo, e em que o acerto final foi objeto de deliberação de Câmara de 2012/02/15.

Nota 8.2.31 – Demonstração de resultados financeiros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

Entidade **Município de Ílhavo** janeiro a dezembro Ano - 2013

Unidade em: Euros (€)

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveito e Ganhos	Exercício	
		2013	2012			2013	2012
681	Juros Suportados	381.562,22	1.021.696,43	781	Juros Obtidos	1.477,65	6.538,25
682	Perdas em Entidades Participadas			782	Ganhos em Entidades Participadas		
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis			783	Rendimentos de Imóveis	217.454,25	151.141,34
684	Provisões para Aplicações Financeiras			784	Rendimentos em Participações de Capital	585.801,30	230.355,81
685	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis			785	Diferenças de Câmbio Favoráveis		
687	Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria			786	Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	391,91	
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	3.025,93	6.981,46	787	Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria		
	Resultados Financeiros	420.536,96	-640.483,33	788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros		159,16
		805.125,11	388.194,56			805.125,11	388.194,56

Nota 8.2.32 – Demonstração de resultados extraordinários.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Entidade **Município de Ílhavo** janeiro a dezembro Ano - 2013

Unidade em: Euros (€)

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveito e Ganhos	Exercício	
		2013	2012			2013	2012
691	Transferências de Capital Concedidas	929.654,14	767.751,56	791	Restituição de Impostos		
692	Dívidas Incobráveis			792	Recuperação de Dívidas		
693	Perdas em Existências			793	Ganhos em Existências		
694	Perdas em Imobilizações	26.400,00		794	Ganhos em Imobilizações	50.561,65	63.528,80
695	Multas e Penalidades			795	Benefícios de Penalidades Contratuais	47.812,70	57.226,02
696	Aumentos de Amortizações e Provisões			796	Redução de Amortizações e Provisões	12.954,31	
697	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	15.808,00	12.264,78	797	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	181.046,30	33.819,88
698	Outros Custos e Perdas Extraordinárias	430,19	3.685,80	798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.251.942,44	742.747,38
	Resultados Extraordinários	572.025,07	113.619,94				
		1.544.317,40	897.322,08			1.544.317,40	897.322,08

Outras informações relevantes.

A) Anexa-se listagem das faturas que constam do mapa “Dívidas a Terceiros” e que se encontravam cedidas a 31 de dezembro de 2013 a entidades de factoring;

Ver (Anexo VII)

B) Esta Prestação de Contas integra também e em mapa próprio os contratos de factoring celebrados pelos nossos fornecedores junto das entidades de factoring ao longo do ano de 2013;

Ver (Anexo VIII)

C) Consta nesta Prestação de Contas, com exceção do mapa de participações societárias, a participação no capital da Sociedade Mais Ílhavo, SA,, no valor de 24.500,00, quando a mesma já foi extinta. A regularização contabilística foi já realizada neste ano de 2014.

D) 01. O MUNICÍPIO DE ÍLHAVO, foi demandado pela sociedade Nolasco & Coelho Lda, numa acção que correu termos no Processo n.º 891/08.7TBILH, da Grande Instância Cível de Aveiro, da Comarca do Baixo Vouga, que internamente nos habituamos a designar por “Processo da Biblioteca” e no qual foi proferida sentença que:

a) julgou a acção improcedente e absolveu o Réu MUNICÍPIO DE ÍLHAVO dos pedidos formulados pela Autora NOLASCO E COELHO Lda na petição inicial,

b) declarou que o réu MUNICÍPIO DE ÍLHAVO é titular do direito de propriedade sobre o edifício da Biblioteca Municipal de Ílhavo e Novo Fórum da Juventude de Ílhavo, assim como sobre o lote de terreno inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Ílhavo sob o artigo 7950 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha n.º 06052/061293 da mesma freguesia, por o haver adquirido por acessão industrial imobiliária;

c) condenou a autora NOLASCO E COELHO Lda. a reconhecer tal direito –, sob condição de, em 30 (trinta) dias a contar da notificação desta sentença, o réu depositar a favor da autora a quantia de 748.550,00€ (setecentos e quarenta e oito mil quinhentos e cinquenta euros), atualizada a partir do ano de 2004, inclusive, até efetivo pagamento, de acordo com os índices anuais de preços no consumidor publicados pelo Instituto Nacional de Estatística.

02. Inconformado com o valor atribuído ao referido lote de terreno e com o facto de a senhora juiz, por sua iniciativa, ter determinado a actualização daquele valor desde 2004, o Município interpôs, dessa parte da sentença, recurso para o Tribunal da Relação de Coimbra,

03. A autora, para garantia do pagamento do lote de terreno que, a final, venha a ser decidida, avançou já com uma execução provisória, que corre termos no processo nº 446/14.7T2OVR, e na qual requereu o bloqueio de saldos bancários do Município até

ao montante de 983.734,36€, importância essa que ficará cativa até que transite em julgado a decisão sobre o valor daquele lote de terreno.

04. Valor esse que o Município de Ílhavo, agora, pretende vir a substituir por uma garantia bancária

05. Nesse sentido foi já inscrita conta orçamental para aquisição do dito terreno, até que um dia transite em julgado a decisão sobre o efetivo valor do terreno e a Câmara Municipal proceda à sua compra, nos moldes que aí se decidir.

06. Atentos os princípios contabilísticos designadamente da prudência e da materialidade, regista-se esse facto dado que, um dia, o património municipal será acrescido desse valor por redução de igual montante nas disponibilidades.